

OS PROFESSORES DIANTE DA INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO

Ana Carla da Silva Cascaes

Sérgio Leonardo Gobbi

Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE

Resumo. O presente estudo tem como objetivo conhecer a atitude dos professores diante da inclusão do deficiente auditivo nas escolas de Ensino Fundamental, especificamente nas séries iniciais desta etapa educativa. Trata-se de uma pesquisa exploratória realizada em duas escolas catarinenses que têm em suas classes alunos com a referida deficiência. A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevista semi-estruturada, possibilitando conhecer, entre outros aspectos, o domínio teórico dos professores sobre a temática da deficiência auditiva, o planejamento de ensino elaborado por eles e metodologias utilizadas. Os resultados apontam para dificuldades de comunicação, preparação e assistência, sugerindo que a oferta de cursos na área, o suporte a informações e um maior conhecimento da língua de sinais amenizaria os problemas enfrentados por eles.

Palavras-chave: Inclusão, deficiência auditiva, professores, educação.

LOS PROFESORES DELANTE LA INCLUSIÓN DEL DEFICIENTE AUDITIVO

Resumen. El presente estudio tiene como objetivo conocer las actitudes del profesorado delante la inclusión del deficiente auditivo en las escuelas de Educación Basica de Santa Catarina/Brasil, especificamente en los años iniciales de esa etapa educativa. Tratase de una investigación exploratória realizada en dos escuelas que tienen en sus clases alumnos con la referida deficiencia. La recogida de los datos fue realizada por medio de entrevista semiestructurada, posibilitando conocer, entre otros aspectos, el dominio teórico de los profesores sobre la temática de la deficiencia auditiva, la planificación del trabajo pedagógico y las metodologías que utilizan. Los resultados apuntan para dificultades de comunicación, preparación y asistencia a los profesores, sugiriendo que la oferta de formación en la área, el soporte de informaciones y un mayor conocimiento de la lengua de señas por parte de los profesores puede amenizar los problemas enfrentados en las escuelas.

Palabras clave: Inclusión, deficiencia auditiva, profesores, educación.

THE PROFESSORS´S ATTITUDE TOWARDS SCHOOL INCLUSION OF HEARING IMPAIRED STUDENTS

Abstract. This article reports a study on the professors´ attitude towards school inclusion of hearing impaired students in two regular basic schools in south of Brazil. Students with special educational needs have the opportunity of sharing a larger number of hearing experiences, living among children who can hear. Data collection was done by a half-structuralized interview including theoretical domain of the professors on the theoretical process involved in hearing loss and the teaching methods used for children who are deaf or hard of hearing. Results indicates communication difficulties and low preparation and technical assistance for teaching hearing impaired students, suggesting to develop general supporting and knowledge about signal language to professors.

Key words: Inclusion, hearing impaired, professors, educational

Introdução

A inclusão das pessoas com deficiência é um desafio para as escolas e os professores que nelas atuam e, apesar dos avanços conquistados, ainda há muito a conhecer e fazer. Em função dessa realidade, o presente estudo tem como foco conhecer a atitude dos professores diante do processo de inclusão de alunos surdos, procurando verificar o domínio teórico que os profissionais têm a respeito de tal deficiência, bem como averiguar outros aspectos como o planejamento e a metodologia utilizada em sala de aula.

Espera-se que os conhecimentos produzidos nesta pesquisa sejam relevantes para que os envolvidos no processo de educação, interação e socialização, auxiliem na propagação da ideia que a pessoa deficiente auditiva é antes de tudo um ser humano capaz de aprender, desenvolver habilidades e potencialidades, podendo participar e contribuir para qualificar sua e a vida das pessoas com as quais convive.

Delimitação teórica da deficiência

A evolução histórica das deficiências é marcada por grandes transformações e vários foram os estigmas lançados nessa trajetória. Para reverter essa realidade, Bianchetti (2004, p, 12), afirma que “é fundamental compreender a contribuição do

contexto histórico, sociocultural e psicossocial nos quais as deficiências se manifestaram”. Nos dizeres do autor é importante lembrar que a deficiência sempre existiu, mas precisa ser transformada a forma de interpretá-la e tratá-la.

Por muitos anos as pessoas com deficiência eram vistas de uma maneira extremamente preconceituosa. Vários termos eram utilizados para identificá-las: débil mental, excepcional, entre outros. Estudos demonstram que se acreditava inclusive que as pessoas deficientes não poderiam ser educadas, pois eram consideradas fora do padrão da normalidade, sendo rotuladas como incapazes. Houve épocas de extermínio de crianças que nascessem com deficiências, uma vez que se priorizava o ser humano produtivo para a sociedade e os deficientes eram vistos como ‘máquinas danificadas’.

Gradativamente essa forma excludente é ressignificada, surgindo outras concepções sobre as diferentes deficiências, das quais faz parte a auditiva. Um exemplo dessa busca é a discussão realizada em Salamanca – Espanha, na década de 90, decorrente da conferência mundial que passa a defender a inclusão do deficiente. Entre os resultados do evento, a Declaração de Salamanca dispõe de práticas, políticas, princípios, afirmando que todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas devem ser oferecidas oportunidades de socialização. Assim, a intervenção humana na evolução histórica coloca momentos diferentes em relação ao papel que a pessoa com deficiência ocupa na sociedade (Zweng & Nicoloso, 2007, p. 21).

No Brasil surgem gradativamente propostas educativas que se manifestam favoráveis à inclusão das crianças com deficiência, como a Proposta Curricular de Santa Catarina (Santa Catarina, 1998). Também são aprovadas regulamentações jurídicas que definem novos rumos educacionais para o país, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394 (Brasil, 1998). A referida lei defende a inclusão das crianças com deficiência na escola regular, indicando que os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades. Também determina a necessidade de formação de professores com especialização adequada, em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a inclusão dos alunos com deficiência nas classes comuns.

Apesar da relevância dessas iniciativas, a verdadeira inclusão somente acontecerá à medida que forem traçadas políticas, desenvolvidas ações e efetivadas estratégias que possam garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento das potencialidades das crianças com deficiência.

Deficiência auditiva

A deficiência auditiva pode ser considerada, de acordo com Rinaldi (1994, p. 14), como “a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido”. É concebida, portanto, como uma deficiência na capacidade de escutar os sons. Rinaldi destaca ainda que pelo menos uma em cada mil crianças nasce profundamente surda e que muitas pessoas podem vir a desenvolver os problemas auditivos ao longo da vida, seja por acidentes ou por doenças.

A deficiência auditiva é apenas uma deficiência sensorial. Nesse sentido, Noronha e Rodrigues (1974, p. 6) destacam que “por muito tempo o deficiente auditivo foi considerado como deficiente sensorial, motor e mental”. Recentemente a concepção a respeito dos deficientes auditivos e das demais deficiências tem recebido novos olhares e as pessoas com deficiência passam gradativamente a ser percebidas como pessoas dotadas de capacidades, habilidades e potencialidades. É importante destacar, contudo, que o desenvolvimento das mesmas somente poderá ser qualificado se a elas forem proporcionadas oportunidades de inclusão.

A deficiência auditiva pode ser avaliada em diferentes graus de perda da audição, sendo que o grau e o tipo, bem como a idade em que ocorre, irão determinar importantes diferenças em relação ao tipo de atendimento. Rinaldi (1994) assinala ainda que de acordo com o grau de perda auditiva, avaliada em decibéis, a surdez manifesta-se como leve (perda entre 20 e 40 decibéis), moderada (perda entre 40 e 70 decibéis), severa (perda entre 70 e 90 decibéis) e profunda (perda acima de 90 decibéis). Redondo e Carvalho (2000) registram que a deficiência auditiva, dependendo do grau e da perda, pode causar muitas limitações no desenvolvimento do indivíduo, podendo criar lacunas nos processos psicológicos de inserção de experiências sociais.

A inclusão da criança deficiente auditiva na escola regular

Além da família, a escola ocupa papel central na formação do indivíduo. No Brasil as políticas de inclusão estão baseadas na LDB 9394/96 (Brasil, 1996) que define a Educação Especial como a modalidade escolar para inclusão dos educandos com deficiências, dando a eles preferência na rede regular de ensino.

Para Biaggio (2007, p. 19) a Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988), por sua vez, garante acesso ao ensino fundamental regular a todas as crianças e adolescentes. Diante disso, Damázio (2007, p. 15) afirma que “a inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil, até a educação superior”, o que possibilitará o seu desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social.

O acesso à educação, em qualquer nível, é um direito humano inquestionável. Assim, todas as pessoas com deficiência têm o direito de frequentar a educação escolar em qualquer um de seus níveis. Mas é importante destacar que o Ensino

Fundamental é única etapa considerada obrigatória pela Constituição Federal e, por isso, não pode jamais ser substituído (Fávero et al, 2007, p. 30).

Cabe a escola o papel de promover experiências e conhecimentos que possibilitem o convívio e inserção dessas pessoas no contexto educativo formal. Para que isso ocorra é necessária a parceria entre pais e professores no sentido de participarem coletivamente da inclusão do aluno deficiente auditivo na escola.

Rinaldi (1997, p. 113) ressalta que “o papel da família no início da escolarização é o de promover a criança surda: segurança, carinho, comunicação, desenvolvimento psicossocial, integração”, visando um pleno desenvolvimento das capacidades e habilidades. As escolas, por sua vez, apoiadas pelos pais, devem dar continuidade a essas ações, auxiliando que seus alunos possam sentir-se bem, amados e satisfeitos, utilizando-se, para tanto, de metodologias adequadas para tornar o ambiente escolar agradável, acolhedor e estimular de aprendizagens.

Para Damázio (2007, p. 25), “o trabalho pedagógico com os alunos com surdez nas escolas comuns deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngüe, ou seja, um espaço que se utilize a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa”. Também devem ser oferecidas opções curriculares que venham ao encontro da criança, considerando as experiências que precedem seu ingresso no ensino regular.

As propostas curriculares devem reconhecer e valorizar os alunos em suas peculiaridades étnicas, de gênero, cultura; precisam partir de suas realidades de vida, de suas experiências, de seus saberes, fazeres e são tramadas em redes de conhecimento que superam a tão decantada sistematização do saber (Favero et al, 2007, p. 48).

Para que isso ocorra a sala de aula deve ser um espaço agradável, atrativo e com vários materiais para que possam interagir e fazer descobertas imprescindíveis para construir o conhecimento. O espaço escolar, portanto, deve ser estimulante, organizado e familiar. Além disso, é importante destacar que sem que a escola conheça as necessidades de seus alunos não será possível elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural em que ela se insere e que esteja atento a tudo que ela necessita.

O papel dos profissionais no âmbito da inclusão

O termo inclusão, tão discutido nos dias atuais, implica em se pensar urgentemente em uma mudança de paradigmas, seja no sistema familiar, social e educacional. Uma mudança que não vise somente resultados quantitativos, mas também qualitativos. Nesse processo é necessário rever uma série de barreiras impostas pela sociedade, bem como as práticas pedagógicas e de avaliação, lembrando que além das adaptações físicas, a escola deve oferecer ao aluno atendimento especializado.

O papel do professor é o de ser mediador, um interlocutor do conhecimento, buscando proporcionar ao deficiente auditivo uma aprendizagem significativa. Nesse

processo Fávero (2007, p. 42) afirma que “os alunos devem ser avaliados pelos seus progressos que alcançaram em diferentes áreas do conhecimento e a partir de seus talentos e potencialidades, habilidades naturais e da construção de todo tipo de conhecimento escolar”. É indispensável lembrar, contudo, que os alunos com ou sem deficiências são únicos, são singulares e as suas necessidades e especificidades não podem ser generalizadas.

Para Damázio (2007, p. 21) “as propostas de atendimento a alunos com surdez, em escolas comuns devem respeitar as especificidades e a forma de aprender de cada um, não impondo condições à inclusão desses alunos no processo de ensino aprendizagem”. Nesse sentido, o processo de inclusão implica inicialmente entender que cada criança tem um ritmo próprio e, para que a aprendizagem aconteça, o professor terá que desprender-se de qualquer tipo de preconceito ou julgamento, conhecer aspectos relacionados ao desenvolvimento biopsicossocial dessa criança, estar preparado para acolher a criança e manter uma relação muito próxima aos seus familiares.

A família precisa fornecer aos professores os dados necessários para que eles entendam melhor tudo que a falta de audição pode acarretar e possam prever o tipo de reação da criança no ambiente escolar. Esses dados incluem parecer médico, resultados das avaliações audiológicas periódicas, informações da fonoaudiologia, etc (Redondo, & Carvalho, 2000, p. 35).

Cabe ao professor utilizar os mais variados recursos na comunicação com o aluno deficiente auditivo, entre eles: linguagem oral, gestual, expressões faciais, corporais e a língua de sinais (Brasil, 1997). Bem como utilizar-se de diversos materiais (jornais, revistas, propagandas, noticiários de televisão, computadores, etc) que contribuam para motivar os alunos e mantê-los atualizados em relação aos acontecimentos do mundo (Redondo, & Carvalho, 2000).

Favero et al (2007) lembra que incluir não significa prever a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência, mas sim a utilização de recursos, ferramentas, linguagens, tecnologias que possibilitem os procesos de ensino e aprendizagem. O professor é a peça-chave no processo de seleção das alternativas teóricas, metodológicas e avaliativas, devendo considerar as possibilidades de desenvolvimento de cada aluno e explorar sua capacidade de aprender.

De acordo com Biaggio (2007, p. 23), “a inclusão das pessoas com deficiências nos ambientes comuns de aprendizagem irá proporcionar o acesso e o preparo para inserção nos espaços sociais, inclusive no mercado de trabalho”. Dessa forma, realizando seus trabalhos comprometidos com a proposta de inclusão, os professores precisam acreditar no potencial de seus alunos para que os mesmos se sintam úteis na esfera social.

Segundo Redondo e Carvalho (2000, p. 33) a “inclusão da criança com surdez na escola regular requer uma boa preparação tanto do professor quanto da escola, para que ambos se sintam capacitados a participar dessa integração”. Nesse sentido, a aquisição de competências e habilidades estimuladas por meio de cursos de formação auxiliará para a melhoria da prática pedagógica, possibilitando ao aluno uma educação de qualidade.

Buscando compreender como a inclusão de crianças com deficiência auditiva vem se processando no ensino atual, surgiu o interesse em realizar esse estudo, apresentando-se, a seguir, as delimitações metodológicas que o viabilizaram.

Delimitação metodológica da pesquisa

Buscando aprofundar o conhecimento sobre a realidade dos docentes diante dos processos de inclusão da criança com deficiência auditiva, a pesquisa foi realizada em duas escolas da rede pública estadual do Ensino Fundamental de Estado de Santa Catarina. Trata-se de um estudo exploratório, viabilizado mediante a abordagem qualitativa.

Os sujeitos do estudo são professores de alunos deficientes auditivos, inseridos no ensino regular de 1ª a 4ª série, constitui-se por um grupo de 06 (seis) profissionais. A coleta dos dados foi realizada por meio de uma entrevista semi-estruturada, contendo em sua estrutura 09 (nove) questões. Para a análise dos dados, as respostas foram ordenadas e classificadas de acordo com a ênfase atribuída pelos sujeitos da pesquisa. A ordenação dos dados englobou a transcrição dos relatos; releitura do material transcrito; organização dos relatos de acordo com a proposta analítica. A classificação dos dados, por sua vez, foi operacionalizada por meio da leitura dos textos, destacando as estruturas de relevância a partir dos registros dos sujeitos do estudo, evidenciando-se as idéias centrais dos entrevistados.

Os entrevistados encontram-se identificados como E1, E2, E3, E4, E5 e E6, assegurando o anonimato de cada sujeito da pesquisa. Os mesmos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo respeitados os aspectos éticos referentes à pesquisa com seres humanos, conforme determina a Resolução nº 196/96.

Na análise dos dados, foram identificadas as categorias de relevância das falas dos entrevistados, as quais ficaram assim classificadas:

- conhecimento dos professores sobre deficiência auditiva;
- planejamento de ensino X metodologias utilizadas;
- opinião dos professores em relação à inclusão dos alunos deficientes auditivos no ensino regular;
- assessoramento que os professores recebem no processo de educação inclusiva;

- desenvolvimento da linguagem oral, escrita e de sinais na sala de aula;
- comunicação professor e aluno;
- percepção dos professores em relação ao relacionamento dos alunos deficientes auditivos e ouvintes;
- sentimentos sobre a preparação para atuar na prática da inclusão
- fatores necessários para que o professor possa trabalhar com os alunos deficientes auditivos e sugestões dos professores para essa nova realidade educativa.

Resultados e análise dos dados

A entrevista possibilitou a coleta de diferentes dados, os quais foram tratados e descritos de acordo com as categorias a seguir.

▪ Perfil do sujeito da pesquisa

Entre os dados coletados, os registros confirmam a tendência da profissional do sexo feminino assumir o Ensino Fundamental, sendo que dos 6 (seis) sujeitos da pesquisa, todos pertencem ao sexo feminino, conforme informações que constam no Quadro 1, a seguir:

Dados de Identificação	Idade	Sexo	Tempo de Formação	Formação	Pós-graduação		
					Especialização	Mestrado	Doutorado
Professores							
E1	50	F	30 anos	Pedagogia	X		
E2	27	F	1 ano	Artes visuais	X		
E3	43	F	15 anos	Pedagogia	X		
E4	50	F	25 anos	Pedagogia			
E5	47	F	23 anos	Artes Plásticas	X		
E6	40	F	-----	Educação Física	X		

Quadro 1: Dados de identificação dos sujeitos da pesquisa

Em relação à idade dos entrevistados percebe-se que variam de 27 a 50 anos. Quanto ao tempo de formação, a maioria dos profissionais terminou a graduação há mais de um ano e, dentre eles, todos são professores pós-graduados. Sendo assim, acredita-se ser importante verificar qual a atitude destes profissionais a respeito da inclusão do aluno deficiente auditivo no ensino regular.

▪ *Categoria 1: Conhecimento dos professores sobre deficiência auditiva*

O processo de inclusão educacional trouxe mudanças significativas no modelo educacional. Essa mudança gerou a aproximação de dois sistemas educacionais: o especial e o regular. Percebe-se, contudo, que os profissionais entrevistados conhecem superficialmente as implicações da deficiência auditiva, conforme destaca o Quadro 2.

Respostas	Entrevistados					
	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Não tem conhecimento		X	X			
Não tem preparação	X					
Alteração da percepção dos sons				X		
Pouco conhecimento					X	X

Quadro 2: Conhecimento dos sujeitos da pesquisa sobre a deficiência auditiva

Dos seis entrevistados, somente um afirmou que a deficiência auditiva se refere à alteração na percepção dos sons, como se observa no registro das falas a seguir:

“[...] não tenho conhecimento, uma preparação maior para poder trabalhar com esse aluno que está sendo incluído na sala de aula. “Não tive nenhum esclarecimento sobre o assunto.” (E1).

“Eu tenho pouco conhecimento. [...] Geralmente quando se chega ao colégio ninguém avisa que tem um deficiente auditivo, você descobre com o tempo [...]” (E5)

“É a alteração da percepção dos sons, ou seja, uma diminuição da capacidade desta percepção. A surdez existe em vários graus” (E4).

▪ *Categoria 2: Planejamento de ensino e metodologias utilizadas*

Todos os professores entrevistados relatam que não realizam nenhum tipo de planejamento especial. A falta de conhecimento faz com que os mesmos utilizem as

mesmas estratégias utilizadas normalmente com outras turmas, o que é possível constatar nas falas dos entrevistados e no Quadro 3, a seguir.

“Não, eu não faço planejamento especial nenhum, até porque não tenho conhecimento nenhum e esclarecimento sobre o assunto. [...]” Eu, como professora, oriento e os coleguinhas de classe ajudam.”(E1)

“Não, porque eu fui pega de surpresa, eu não sabia que eu tinha um aluno deficiente auditivo. Não sei como trabalhar.” (E2)

Respostas	Entrevistados					
	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Não faz planejamento especial	X					X
Trabalha normalmente				X	X	

Quadro 3: Forma de realização de planejamento em salas de aula com deficientes auditivos

Segundo Redondo e Carvalho (2000) o professor deve adotar o mesmo método que utiliza com as demais crianças da classe, promovendo ao aluno deficiente auditivo uma aprendizagem significativa, possibilitando o mesmo direito que os demais alunos aos recursos materiais e pedagógicos para facilitar e garantir o aprendizado. É importante levar em consideração que todo aluno sempre sabe alguma coisa, de que todos podem aprender no seu tempo e ritmo que lhe são próprios.

▪ *Categoria 3: Opinião dos professores em relação à inclusão dos alunos deficientes auditivos no ensino regular*

O Quadro 4 refere-se à opinião dos professores em relação à inclusão do aluno deficiente auditivo no ensino regular e observa-se que a maioria dos professores é favorável, esperando que assim aconteça.

Respostas	Entrevistados					
	E1	E2	E3	E4	E5	E6
O processo ensino aprendizagem deve ser em classe especial	X					
Preparo prévio, sou favorável		X	X	X	X	X

Quadro 4: Posição dos professores sobre a inclusão de alunos deficientes no ensino regular

Os professores acreditam ser importante a inclusão do aluno deficiente auditivo, porém defendem que deve haver uma preparação e orientação prévia para trabalhar com os mesmos, visto que diante das falas dos entrevistados é perceptível a falta de assessoria para estarem desempenhando suas atividades pedagógicas em sala de aula. Esses relatos são evidenciados nas falas dos entrevistados:

“Eu acho que não é ruim, mas que o professor deveria ter um preparo antes de começar a trabalhar com esses alunos. Sou favorável.” (E2)

“[...] Acho maravilhoso porque ele tem que ser tratado igualmente, ele não tem problemas nenhum, eu percebo apenas a dificuldade de ouvir e que a gente tem que dar um pouco mais de atenção [...].” (E5)

No Brasil, várias são as políticas que destacam a promoção da inclusão dos alunos com deficiências. Entre elas a Constituição de 1988 (Brasil, 1988), assim como a LDB 9.394/96 (Brasil, 1996), na qual se assegura o acesso e permanência dos alunos em qualquer nível de modalidade de ensino. Diante de toda essa ênfase jurídica apenas uma entrevistada relatou que o processo de ensino aprendizagem deve ser realizado em classe especial para os alunos com deficiências, conforme destaca a fala registrada a seguir:

“[...] Em minha opinião o deficiente auditivo deverá ter uma classe especial para ele, desde que não fosse excluído das atividades da sociedade, como o lazer, o esporte. Mas na aprendizagem, no ensino aprendizagem, o deficiente auditivo deveria ter uma sala especializada junto com os deficientes auditivos e com um professor especializado na área para poder atender essa demanda.” (E1)

Analisando o relato da professora, é possível perceber a dificuldade de conceber a importância da inclusão no ensino regular.

- *Categoria 4: Assessoramento que os professores recebem no processo de educação inclusiva.*

O Quadro 5 registra os resultados referentes a questão da assessoria dada aos professores para trabalhar com os alunos deficientes auditivos.

Respostas	Entrevistados					
	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Não recebe assessoramento	X	X	X	X	X	X

Quadro 5: Opinião dos professores sobre a assessoria recebida

Foi constatado diante falas de todas as professoras que as mesmas não recebem assessoria para trabalhar com os alunos deficientes auditivos, subestimando a necessidade dos professores estarem preparados.

▪ *Categoria 5: Desenvolvimento da linguagem oral, escrita e de sinais na sala de aula*

O Quadro 6 apresenta a maneira como os professores vêm desenvolvendo a linguagem oral, escrita e a de sinais na sala de aula.

Respostas	Entrevistados					
	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Gestos	X	X				
Desenhos	X					
Indicação do professor	X					
Atividades diversificadas	X					
Repetição	X					

Quadro 6: Desenvolvimento da linguagem oral, escrita e de sinais na sala de aula

O processo de inclusão do aluno deficiente auditivo, bem como das demais deficiências, tem como objetivo a qualidade de ensino para todos, independente de cor, etnia, sexo, religião, etc. Dos questionados sobre a maneira como desenvolvem a linguagem oral, escrita e a de sinais em sala de aula, dos 06 entrevistados foram destacadas 05 respostas pelo nível de significância atribuída às estratégias de comunicação, sendo destacados gestos, desenhos, indicação do professor, atividades diversificadas, repetição, como é possível notar nas falas a seguir:

“[...] Então como eu trabalho artes, geralmente peço algum desenho, uma coisa assim e se eu tiver que trabalhar com alguma cor. Eu mesmo mostro as cores que ele tem precisa trabalhar [...]” (E2).

“[...] A gente trabalha uma atividade, as crianças brincam, os colegas brincam e, através da observação, depois eles entendem a brincadeira e começam a participar juntos.” (E3).

“Através de atividades diversificadas [...]” (E4).

“Através de gestos [...]” (E6).

Segundo o Ministério da Educação (Brasil, 1997), o professor deverá utilizar diversos recursos que propiciem sua comunicação com aluno deficiente auditivo, bem como o seu aprendizado, entre eles: linguagem oral, gestual, expressões faciais, corporais e a língua de sinais. Devem-se utilizar matérias diversificadas como jornais, revistas, propagandas, noticiários de TV e outros. Estes materiais contribuem para que os mesmos mantenham-se atualizados e possibilitam uma rica e ampla visão de conhecimentos.

▪ *Categoria 6 : Comunicação professor e aluno*

As análises dos quadros a seguir tratam da questão do relacionamento entre professor - aluno e aluno - aluno.

Respostas	Entrevistados					
	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Gesticulação	X					X
Mostrando o que tem que ser feito		X				
Sinais			X			
Linguagem oral e escrita				X		
Leitura labial					X	

Quadro 7: Percepção do professor sobre sua comunicação com o aluno

É através da linguagem que o ser humano mantém relações com outras pessoas, interagindo e expondo suas idéias e pensamentos. A comunicação é o eixo central que possibilita ao ser humano sua interação no convívio com o coletivo.

Diante do questionamento feito para as professoras quanto à maneira como se comunicam com seu aluno deficiente auditivo, percebe-se uma grande dificuldade por parte desses profissionais para se comunicarem com os alunos. Várias são as estratégias utilizadas pelos professores: gesticulação, mostrando o que tem que ser feito sinais, linguagem oral e escrita e leitura labial como se pode verificar nas seguintes falas:

“Falando bem de frente, para facilitar a leitura labial e também através dea linguagem oral e escrita, verificando se ele compreendeu [...].” (E4)

“[...] é assim no cara a cara mesmo que a gente ensina o aprendizado, [...] no momento que eu tiver explicando alguma coisa se ele estiver desatento daí eu chego

mais perto dele, geralmente olhando nos olhos, falando de perto, inclusive sento perto dele, o ponho perto de mim na primeira carteira pra poder conversar mais [...].” (E5)

“Sem eu conhecer esses sinais fica bem difícil. Tento me comunicar da melhor maneira, às vezes eu sei que o aluno nem entendeu o que eu quero. Conseguir me comunicar com ele é quase que impossível.” (E2)

O processo de inclusão é um grande desafio, no que se refere ao relacionamento professor e aluno, os professores estão contribuindo cada qual da sua maneira, acolhendo o aluno deficiente auditivo em sua sala de aula e procurando tratá-lo de maneira igual aos demais, mesmo não tendo o domínio da língua de sinais e o conhecimento necessário para estarem atuando nessa nova realidade social.

▪ *Categoria 6: Percepção dos professores em relação ao relacionamento dos alunos deficientes auditivos e ouvintes*

O Quadro 07 apresenta a percepção dos professores em relação ao relacionamento dos alunos ouvintes e alunos deficientes auditivos.

Respostas	Entrevistados					
	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Pena	X					
Coitado	X					
Dificuldade		X				
Bom entrosamento			X	X	X	

Quadro 8: Percepção dos professores em relação ao relacionamento dos alunos ouvintes e alunos deficientes auditivos

Com relação ao relacionamento aluno - aluno a maioria dos entrevistados relataram que os mesmos têm um bom entrosamento, conforme as falas a seguir:

“Eles tem um bom entrosamento [...]” (E3)

“[...] todos se dão muito bem, não existe preconceito, todos se dão bem na sala igualmente, crianças são assim né.” (E5).

Observou-se diante das falas que a maioria dos alunos, segundo percepção dos professores, procura colaborar uns com os outros, facilitando uma boa convivência entre eles.

Alguns professores ressaltaram que existe certa dificuldade de relacionamento por parte dos alunos ouvintes, uma vez que os mesmos agem com certa indiferença.

“[...] Eles se relacionam com pena, mas sempre eles acham, todos eles (os falantes), acham ele um coitado e que ele não sabe nada, porque ele não fala, ele não ouve, ele não sabe o que se passa na sala, ai todos respondem, todos falam em voz alta, todos respondem, um diz uma coisa, outro diz outra e ele fica viajando na sala, fica viajando no meio dos outros.” (E1)

“[...] os próprios alunos têm essa dificuldade, poucos conseguem se comunicar com ele, poucos se relacionam com ele”. (E2)

A dificuldade no relacionamento entre os próprios alunos se dá pelo fato dos mesmos não terem habilidade e conhecimento acerca da língua de sinais, o que muitas vezes gera discriminação e exclusão do grupo.

▪ *Categoria 7: Sentimentos sobre a preparação para atuar na prática da inclusão*

Ao questionar os professores sobre o sentimento em estarem preparados para atuarem nessa nova realidade social, todos os professores demonstraram ter uma formação inconsistente. A falta de conhecimento, bem como a falta de capacitação e assistência dificulta o trabalho dos docentes como é possível observar nas falas e no Quadro 8, a seguir:

Respostas	Entrevistados					
	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Não preparada	X	X				
Precisa mais conhecimento			X	X		
Capacitação					X	X
Assistência					X	

Quadro 8: Sentimentos sobre a preparação para atuar na prática da inclusão

“Não eu não me sinto preparada e tem que ter uma especialização e uma preparação muito grande e muito forte, muito bem para não deixar danos nos alunos.” (E1)

“Não, eu acho que o professor precisa ter mais conhecimento, precisa ter mais suporte para poder trabalhar com essas crianças.” (E2)

“Capacitação nessa área, capacitação na parte auditiva, ou então colocar um profissional na escola para dar um pouco mais de assistência.” (E5)

De acordo com Redondo e Carvalho (2000), para que a inclusão na escola regular da criança com surdez aconteça, é essencial uma boa preparação do aluno quanto da escola, para que ambos se sintam capacitados e participar dessa integração.

▪ *Categoria 8: Fatores necessários para que o professor possa trabalhar com os alunos deficientes auditivos*

No quadro seguinte os professores apontam os fatores necessários para que possam trabalhar com os deficientes auditivos.

Respostas	Entrevistados					
	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Curso	X	X	X			
Faculdade nessa área	X					
Conhecimento				X		
Preparação					X	X

Quadro 9: Fatores necessários para que o professor possa trabalhar com os alunos deficientes auditivos

Trabalhar com alunos deficientes auditivos exige que toda escola esteja preparada. Os professores relatam presenciar certa deficiência. Para eles há falta de cursos, graduações na área, conhecimento e preparação.

“[...] cheguei esse ano e eu não me preparei antes, já tenho que enfrentar essa realidade sem preparação.” (E2)

“Eles têm que ser incluídos, mas pra melhorar isso a gente tem que ser preparado. O professor tem que ser preparado para ajudar essa criança.” (E3)

“Primeiro maior conhecimento da capacidade auditiva do aluno, muitas vezes a gente não sabe qual é o grau de sua percepção auditiva [...]” (E4)

Trabalhar com o aluno deficiente auditivo não é tarefa fácil e exige muito preparo dos profissionais envolvidos nesse processo, sendo que a pesquisa demonstra o inverso. Mesmo assim, diante das falas das professoras entrevistadas, é unânime a afirmação em todas as respostas em que as mesmas não estão capacitadas para atuar com essa demanda.

▪ *Categoria 9: Sugestões dos professores para essa nova realidade social*

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação não pode ser subestimada. A importância e a obrigatoriedade em oferecer o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências em todo ensino regular se faz necessário. Ao serem solicitados a darem sugestões para enfrentarem essa nova realidade social que lhes é imposta os professores mencionaram alguns itens de primordial interesse: material didático, cursos, assessoramento. Tais sugestões são expressadas no Quadro 10 e nas falas registradas a seguir.

Respostas	Entrevistados					
	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Material didático	X					
Cursos		X	X	X	X	X
Assessoramento				X		

Quadro 10: Sugestões dos professores para essa nova realidade social

“[...] o professor tem que ter o material necessário para trabalhar com essa criança e, se não for para trabalhar a inclusão, tem que ter uma sala onde eles possam ficar juntos e um professor preparado [...]” (E1)

“Cursos de preparação para que a gente possa entender a língua de sinais. Esses cursos seriam cursos de libras.” (E3)

“Cursos de capacitação para esta deficiência para professores de diversas matérias [...]” (E6)

Os resultados apontam que os professores se sentem impotentes diante da realidade social que lhes é apresentada. Não sabem qual é a melhor maneira a seguir, não sabem como devem agir, pois trabalham sem suporte educacional. Mas observa-se diante das falas que esses professores sentem a necessidade de mudança de paradigmas e estão dispostos a se aperfeiçoarem para atender às necessidades de seus alunos.

Considerações finais

Historicamente as crianças com alguma deficiência foram excluídas do convívio social, sendo tratadas com indiferença e desrespeito. No que se referia à educação, acreditava-se que essas crianças não tinham condições de aprender e de viver em

sociedade. Contudo, a inclusão de pessoas com deficiências na sociedade e no contexto escolar está sendo cada vez mais valorizada, especialmente pelos docentes que vivenciam de perto o desenvolvimento e a aprendizagem dos mesmos em suas salas de aula e de outros profissionais e familiares que percebem a necessidade de investir na questão.

Diante de todo respaldo legal, como o advindo da LDB 9394/96 (Brasil, 1996) e da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), percebe-se que o sistema educacional não se estruturou para a oferta deste serviço educacional. Ao inserir uma criança deficiente auditiva no ensino regular esperam-se novos direcionamentos e procedimentos pedagógicos de ensino pautados em concepções e estratégias mais evoluídas, bem como mudança na atitude dos professores, de toda a escola e da sociedade, situação que nem sempre acontece.

Por meio das análises das entrevistas realizadas com os professores, os mesmos revelaram falta de preparo para atenderem os alunos com deficiências auditivas, o que é contraditório com a real relevância do professor no processo de ensino aprendizagem. Se o professor trabalha com o aluno deficiente auditivo precisa ter formação para isso. Contudo, percebe-se, diante das falas das professoras, que há uma ausência no que se refere à capacitação desses profissionais em relação à prática pedagógica com a deficiência auditiva. O simples fato de não conhecerem a língua de sinais para poderem se comunicar dificulta o bom andamento das atividades.

Conclui-se a pesquisa com a segurança de que a oferta de cursos de capacitação, assessoramento técnico e acompanhamento de especialistas podem contribuir para que se desenvolvam práticas pedagógicas mais inclusivas. Para isso devem ser priorizadas ações que realmente auxiliem os professores na inserção das crianças com deficiências no ensino regular, possibilitando para as mesmas mais qualidade na educação.

Referências

- Bianchetti, Lucídio, Freire, Ida Mara (2004). *Um olhar sobre a diferença*. 6ª ed. São Paulo: Papirus.
- Brasil (1996). Ministério da Educação e do Desporto. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF.
- Damázio, Mirlene Ferreira Macedo (2007). *Atendimento Educacional Especializado. Pessoa com Surdez*. São Paulo: MEC/ SEESP.
- De Biaggio, Rita (2007). A inclusão de crianças com deficiências cresce e muda a prática das creches e pré- escolas. *Revista Criança*. São Paulo: Ministério da Educação, 44, p. 19- 22.
- Fávero, Eugênia Augusta Gonzaga (2007). *Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientação Pedagógica*. São Paulo: MEC/SEESP.

- Fonseca, Vitor (1995). *Educação Especial: programa de estimulação precoce*. 2ª ed. Porto Alegre: Artes médicas.
- Noronha, Maria Helena de, Rodrigues, Maria Helena (1974). *O deficiente da audição e a educação especial*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- Rinaldi, Giuseppe. et al (1998). Deficiência Auditiva. *Séries Atualidades pedagógicas*, 4 (1). Ministério da Educação e Cultura, Brasília.
- Redondo, Maria Cristina da Fonseca, Carvalho, Josefina Martins (2006). Deficiencia auditiva. *Cadernos da TV Escola*, 1. Brasília: MEC.
- Santa Catarina. Secretária de Estado da Educação (1998). *Proposta Curricular de Santa Catarina: Temas multidisciplinares*. Florianópolis: IOESC.
- Zwang, Carla. Graciele Nunes; Nicoloso, Silvana (2007). O processo de inclusão da criança surda na educação infantil. *Revista de divulgação técnico-científica do ICPG*, 3, (10) jan-jun.